

PODER, ALIENAÇÃO E CONTROLE: UMA REVISÃO EMBASADA NA TEORIA DA BUROCRACIA DE MAX WEBER, ATRAVÉS DA CONCEPÇÃO DE BRUNO MAGGI E ALBERTO GUERREIRO RAMOS

POWER, ALIENATION, AND CONTROL: A REVIEW BASED ON THE MAX WEBER'S
THEORY OF BUREAUCRACY, THROUGH THE CONCEPTION OF BRUNO MAGGI AND
ALBERTO GUERREIRO RAMOS.

*Flávio Augusto Cella-de-Oliveira **

*Livia Maria dos Santos ***

*Luciano Munck ****

RESUMO:

Um dos sociólogos mais importante da história foi Max Weber, que influenciou diversos cientistas das áreas sociais. A burocracia foi um dos grandes estudos desenvolvidos por ele, tendo inspirado diversos sociólogos voltados para a área organizacional, em diferentes tempos. O presente trabalho, analisou a influência de Weber nas obras de Alberto Guerreiro Ramos e Bruno Maggi, com objetivo de identificar as semelhanças nestas obras. É um trabalho bibliográfico, o qual, para a análise dos resultados, contextualizou a burocracia nos estudos desenvolvidos, tanto por Ramos (1983), quanto por Maggi (2006), analisando fatos como poder, controle e alienação, e em vista dos diferentes tempos em que se desenvolveram estes estudos, observou-se a contemporaneidade do tema burocracia, e a alta semelhança dos estudos dos dois autores, Maggi e Ramos.

PALAVRAS CHAVE: burocracia, poder, controle, alienação.

ABSTRACT:

One of the most important sociologists in history was Max Weber who influenced many of the social scientists. The bureaucracy was one of the major studies conducted by him, and inspired many sociologists focused on the organizational studies, at different times. This paper examined the influence of Weber on the Alberto Guerreiro Ramos and Bruno Maggi studies, aiming to identify the similarities in these works. This paper is a bibliographic work, which, for the analysis of results, contextualized the bureaucracy in studies conducted by Ramos (1983), and by Maggi (2006), analyzing facts as power, control and alienation, and considering the different times that these studies were developed, it was observed the contemporary theme of bureaucracy, and high similarity of the two authors, Maggi and Ramos.

KEYWORDS: bureaucracy, power, control, alienation.

INTRODUÇÃO

Weber foi o precursor da teoria da burocracia, estudando-a como um conjunto de regras e normas rígidas, mais tarde tornando-se sinônimo de lentidão do sistema e grande acúmulo de

* Mestrando do Programa de Pós Graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: flaviocella@yahoo.com.br.

** Mestranda do Programa de Pós Graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: liviams45@hotmail.com.

*** Doutor em Administração pela Universidade de São Paulo. Professor da Universidade Estadual de Londrina e Pontifícia Universidade Católica do Paraná. E-mail: munck@uel.br.

papeis. Com mais de 100 anos, esta teoria, ainda está amplamente presente na sociedade moderna, e longe de ser extinta. Ao longo do tempo tem sido compreendida mais a fundo, para, além de estigmatizar a burocracia ruim, compreender fenômenos organizacionais mais amplos, de caráter do indivíduo e da sociedade, como o poder, o controle e a alienação.

Desta forma, torna-se importante trazer a tona estes conceitos que acompanham o desenvolvimento das organizações, a luz de uma teoria desenvolvida especificamente para compreensão destes. As teorias analisadas, foram aquelas de Ramos (1983) e Maggi (2006), onde o primeiro autor da suporte a esta discussão quando trata da fuga do contexto macro (fato social) para uma perspectiva de análises micro (fato administrativo). O segundo autor, também sustenta a discussão quando apresenta o agir organizacional, que parte também de um contexto macro (agir social) para um contexto micro (agir organizacional). Com base nestes autores pode-se então intuir de forma acurada como ocorrem tais processos a nível organizacional.

Torna-se, então, visível a prospecção dos postulados da burocracia (poder, controle e alienação) em escritos mais recentes como os de Ramos em 1966 e Maggi em 2006. Tão logo, o objetivo deste trabalho consiste na identificação de semelhanças destas perspectivas da burocracia nestes outros dois autores, visualizando a existência ou não de um pioneirismo por parte de Weber para Ramos e Maggi.

Para chegar a tal objetivo, o trabalho utilizou-se de livros e artigos científicos que tratam da burocracia de Weber, assim como as obras de Ramos (1983) e Maggi (2006) as quais apresentam discussões baseadas no exposto por Weber. Desta forma a pesquisa caracteriza-se como quantitativa, devido ao levantamento de dados bibliográficos, utilizando-se de publicações científicas, e ainda exploratória, devido ao seu caráter de aprimoramento de ideias, e intuições, com análise de exemplos.

112

Objetiva-se ainda a compreensão da aplicação e desenvolvimento destas ideias, partidas de Weber, em diferentes épocas, a partir de interpretações da burocracia pela ótica de diferentes autores, que baseados em uma mesma fonte, apresentam como diferença as mudanças sociais ocorridas ao longo da história. Ou seja, será a contemporaneidade um agente de influencia da visão desta teoria?

BUROCRACIA

A essência dos escritos de Weber consiste em um modelo burocrático da configuração organizacional. A abordagem weberiana sustenta que a burocracia é um modelo de configuração organizacional baseado em um sistema de autoridade legítimo e formal (GRIFFIN, 2007). Na década de 1920, segundo Maximiano (2007), Weber, no intuito de criar um modelo descritivo, descreveu as organizações burocráticas como máquinas totalmente impessoais, que funcionam de acordo com regras, as quais ele chamou de racionais, ou seja, regras que dependem de lógica e não de interesses pessoais.

Logo, Weber afirma que a administração burocrática é a forma mais racional de exercer a dominação. A organização burocrática possibilita o exercício da autoridade e a obtenção da obediência com precisão, continuidade, disciplina, rigor e confiança (MAXIMIANO, 2007). As ênfases da burocracia são a formalização (obediência a norma, rotinas, regras e regulamentos); divisão do trabalho; hierarquia; impessoalidade; profissionalização e competência técnica dos funcionários (LACOMBE e HEILBORN, 2008). Weber ressalta, como efeito da burocracia, a concentração da administração nas mãos dos detentores de poder e esse fenômeno ocorre em todas as organizações. Weber diz que o Estado moderno, independente do seu regime, não podendo

prescindir na burocracia (LACOMBE e HEILBORN, 2008).

A burocracia a ser trabalhada, de acordo com Motta (1981), de modo amplo é uma estrutura social na qual a direção das atividades coletivas fica a cargo de um aparelho impessoal hierarquicamente organizado, que deve agir segundo critérios impessoais e métodos organizados. Ramos (1983), “associa a burocracia e ao burocrata a rigidez de comportamento, o culto as normas abstratas, o regime da papelada e o parasitismo, entre outras coisas”.

Para os marxistas a burocracia é uma expressão das sociedades em classe, e tenderia a desaparecer nas sociedades igualitárias (socialismo). Há ainda autores não marxistas que criticam a burocracia, onde podemos destacar o apontamento de que em um sistema burocrático surge um círculo monopolizador do poder e das decisões (RAMOS, 1983). De acordo com Ramos (1983), além de Max Weber, autores como Talcot Parsons, Reinhard Bendix, Peter Blau, Seymour Lipset, Alvin Gouldner, Amitai Etzioni, Fred Riggs, e S. N. Eisenstadt, defendem uma abordagem positiva da burocracia, onde são considerados fatores de eficiência econômica e ingrediente indispensável de toda associação democrática. Garante-se rapidez, previsão, continuidade, oficialidade, univocidade, rigorosa observação; e é exigência do funcionamento das sociedades de massas.

A partir destas ideias, a burocracia pode ser visualizada como poder, controle e alienação, de acordo com Motta (1981):

- **Burocracia como Poder:** Cresce devido ao sistema dominante, o capitalismo burocrático, caracterizado pelas enormes empresas multinacionais. A burocracia invadiu e governa a vida de todos. A burocracia caracteriza os meios antagônicos, aqueles onde alguém domina os meios de produção e outros não, exatamente como no capitalismo. A burocracia se impõe dominando. Dominação esta, que é feita através de organizações que transmitem um modo de pensar que nada tem a ver com o ideal de um homem metódico integral, mas sim com o atingimento de fins práticos através de um cálculo cada vez mais preciso dos meios a serem utilizados. Este modo de pensar tende a deixar de lado todos os valores que não sejam absolutamente práticos. A burocracia caracteriza-se pela separação entre os que executam e os que planejam, organizam, dirigem e controlam. No capitalismo a coordenação é diretiva, imposta, e visa apropriação da mais-valia. Weber define o poder como sendo a possibilidade de alguém ou de algum grupo impor seu arbítrio sobre o comportamento de outros. Dentro do poder pode-se destacar a dominação, onde a pessoa impõe seu arbítrio sobre os demais, crê ter o direito de exercer o poder. Já o governado, por sua vez, considera como sua obrigação obedecer às ordens do governante.
- **Burocracia como Controle:** As organizações contemporâneas, estão ligadas a revolução industrial, baseadas na acumulação de capital, mas no período pré capitalista já tinham uma hierarquia, primitiva a atual. Verificaram-se grandes mudanças no modelo produtivo, onde as pequenas corporações com produção artesanal, caseira, passaram a surgir as grandes corporações no modelo capitalista, onde são multiplicados seus departamentos segundo um critério funcional, onde um modelo estrutural burocrático piramidal manteve o poder de decisão nos níveis mais altos. Das diversas funções que pode-se destacar nas organizações burocráticas, seu principal objetivo é o exercício do

controle social que se torna possível pelas relações de poder, que são sempre relações entre desiguais. Cabe portanto, a classe dominante e as organizações classificar os indivíduos e isolá-los. Fica ainda incumbida da elaboração de valores, leis e princípios que tornam essa exclusão socialmente aceita.

- **Burocracia como Alienação:** Baseada nas ideias de Weber, onde se preocupa com a forma pela qual a comunidade se transforma em uma sociedade racional, um dos aspectos fundamentais é a dominação, que se apresenta de duas formas opostas: dominação mediante uma constelação de interesses e a dominação em função do poder de mando e subordinação. A dominação, para Weber, é um estado, no qual as ações dos dominados aparecem como se estes houvessem adotado como seu o conteúdo da vontade manifesta do dominante. Logo a dominação reflete a forma pela qual ocorre a influência no comportamento do dominado. Na visualização de Weber, a estrutura de uma forma de dominação consiste no relacionamento entre o chefe e seu aparato, e entre ambos e os dominados. Mas nas descrições de Weber carecem os tipos de dominação, uma vez que classificou apenas aqueles que achou fundamentais: dominação legal, patrimonial e carismática.

Motta (1981) enfatiza a evidência de que a burocracia é um sistema que limita extremamente a liberdade e a espontaneidade dos membros de uma empresa. Também a iniciativa é grandemente prejudicada. A burocracia favorece o desenvolvimento de um tipo de personalidade limitada, oposta ao ideal do homem culto, valorizado por tantas civilizações, que cria ideias e se diferencia da concorrência, que é capaz de observar oportunidades e riscos, pois tem uma visão holística que não foi ferida pela alienação. As virtudes da burocracia são as virtudes do capitalismo: um mundo de dominação e de falta de sentido. A burocracia que é a forma de organização mais racional, acaba sendo rigorosamente a mais irracional (MOTTA, 1981).

Weber criou a teoria da burocracia, embasada nos aspectos de poder, controle e alienação, no entanto, o foco de sua teoria era a sociedade, discutindo-a por meio do fato social. Ramos (1983), aproximou a burocracia do ambiente organizacional, sugerindo o fato administrativo. Já Maggi (2006), criou o agir organizacional, e assim como Ramos (1983) discutiu poder, alienação e controle, e se aproximou de uma discussão com maior intimidade ao indivíduo, mas sem abandonar a perspectiva da organização. Assim, isolou-se as três perspectivas da burocracia de cada autor (Weber, Ramos e Maggi) no Quadro 1, o qual visa contribuir didaticamente para a compreensão das relações que serão realizadas, apontando a nomenclatura que cada autor utiliza para cada fenômeno.

WEBER	RAMOS	MAGGI
PODER	Poder	Poder
CONTROLE	Rigidez/Constrangimento	Discrecionarietàe
ALIENAÇÃO	Alienação	Autonomia

QUADRO 1: Nomenclatura utilizada por cada autor para as três perspectivas da burocracia.

FONTE: Elaborado pelos autores, com base nas contribuições dos autores citados no quadro.

•É perceptível através do Quadro 1 que tanto Maggi quanto Ramos, embora utilizem nomenclaturas diferenciadas, tratam dos três itens básicos citados por Weber, o que estabelece um primeiro apontamento para o pioneirismo de Weber sobre estes outros dois autores em estudo. Afim de obter mais indícios a respeito, tratar-se-á na sequência das contribuições de Ramos e Maggi, respectivamente.

A VISÃO DE RAMOS

Ramos (1983) objetivou aplicar as ideias de Weber no ambiente organizacional, criando para tanto o fato administrativo, que consiste em um complexo de elementos e de suas relações entre si, resultantes e condicionantes da ação de diferentes pessoas, escalonadas em diferentes níveis de decisão, no desempenho de funções que limitam e orientam atividades humanas associadas, tendo em vista objetivos sistematicamente estabelecidos. O autor observa o dinamismo do fato administrativo por conta do agente e afirma que sem a atividade dos agentes, só restam do fato administrativo elementos materiais e estatutos mortos. Assim, Ramos (1983), visualiza a burocracia como agente ativo de mudanças sociais, associando-se a esta, a rigidez de comportamento, o culto as normas abstratas, o regime da papelada e o parasitismo, entre outras coisas. Aponta a rigidez do sistema como uma característica do sistema. Um motivo apontado pelo autor para a rigidez do sistema burocrático é que em seu interior, o sistema é palco de grandes lutas pelo poder, desejo este das classes dominantes, resultando assim na rigidez do sistema. Outros efeitos desta luta, para Ramos (1983), é a retirada da visão crítica do indivíduo, uma vez que este considera normas que perdem a razão e continuam a ser utilizadas. Desenvolvem-se assim indivíduos e sociedades alienadas.

Ramos (1983), entende a alienação como um aspecto do poder, que pode ser caracterizada como uma situação em que o indivíduo se sente estranho a si mesmo, sendo tratado como unidade abstrata ou força de trabalho. Consiste numa forma de objetividade em que as relações humanas e sociais são equiparadas a relações entre coisas, substituindo-se assim o quantitativo pelo qualitativo, o concreto pelo abstrato. Os indivíduos alienados se encontram excluídos, privados dos meios de decisão, e assim não podem determinar o curso dos acontecimentos conforme desejam.

A burocracia punitiva, que Ramos (1983) descreve como um sistema em que as regras são impostas, acarreta tensões e conflitos, e são aplicadas de fato como punição. Nesta forma de burocracia, o grupo que não tem iniciativa da regra a considera como imposição do outro grupo. [...] A aceitação ou inobservância das regras acarreta ganhos ou status, seja para os trabalhadores ou supervisores, e perdas para outra parte (RAMOS, 1983).

De acordo Ramos (1983), poder pode ser entendido como a capacidade de um agente para induzir outro agente a cumprir diretivas ou normas, assim o poder pode ser legitimado pela burocracia punitiva, por exemplo. O centro da burocracia pode ser palco de disputas pelo poder, a exemplo de uma estrutura, em que uma elite disputa o poder e não permite mudanças no sistema para reduzir a possibilidade de participação de classes menos favorecidas. O autor discute ainda o consentimento, que é a relação na qual o ator se conduz de acordo com uma diretiva formulada por um agente de poder, ou com orientação de um ator subordinado no tocante ao poder aplicado. No consentimento, pode ser visualizada uma forma de reforçar as estruturas de poder, pois o ator subordinado é coagido a aceitar as imposições do agente dominante.

Ao contrário de Weber, que conforme citado anteriormente tem uma visão positiva da burocracia, Ramos (1983), citando também outros autores como Mannheim, Ludwig Von Mises,

Robert Michels, Merton, Selznick, Crozier, defendem uma visão negativa da burocracia, tendo como argumento (RAMOS, 1983):

- Toda vez que um agrupamento de humanos adquire caracteres burocráticos, surge necessariamente, um círculo de membros que monopoliza o poder e as decisões, e assim tende a perpetuar-se;
- Ninguém pode ser ao mesmo tempo um correto burocrata e inovador;
- A burocracia é uma incapacidade treinada;
- É um excesso de eficiência que acaba prejudicando a eficácia;
- Excesso de formalidades;
- Distorção dos objetivos.

A VISÃO DE MAGGI

Neste segundo momento abordaremos a teoria do agir organizacional, de Maggi (2006), a fim de, na sequência poder estabelecer uma relação entre esta e a obra de Ramos (1983). A teoria do agir organizacional, de acordo com o autor, exprime uma maneira de ver e conceber os fenômenos organizacionais, em termos de processo, ou seja, não separa organização e sujeito agente; compreende a organização como processo de ações e decisões. Por um lado pode derivar dos processos de ação do sujeito singular ou coletivo, e por outro lado entende que os processos organizacionais estão em relação com outros processos. O agir em análise, é racional.

Ainda segundo Maggi (2006), as regras do processo de decisões são variáveis, formais e informais, explícitas e tácitas, consistentes e não consistentes, prévias e intrínsecas a ação. Essas regras são produzidas, reelaboradas, construídas no decorrer do desenvolvimento do processo. Ele é racional e intencional, como a razão humana, produzindo normas e regras, ou seja, se auto-organizando. Essas regras surgem de maneira autônoma ou heterônoma, e nos dois casos podem decorrer da imposição ou da discricionariedade.

A teoria do agir adequou-se melhor aos argumentos metodológicos de Weber, da terceira via, uma via interpretativista, que prioriza os eventos humanos de forma racional. Desta forma podemos visualizar a afinidade entre os dois autores. Weber, de acordo com Maggi (2006), também não deve ser visto apenas como o teórico da burocracia uma vez que ele se interessa pela organização em sua reflexão sobre poder, definindo a organização como uma forma de agir.

Para Maggi (2006), a autonomia é a capacidade de produzir suas próprias regras, portanto, capacidade de gerir os próprios processos de ação. Ela induz independência. É efetiva apenas pela reconquista da iniciativa, da expressão de vontade e responsabilidade, de conhecimento e participação aos fins. Em suma, domínio do operador sobre seu próprio trabalho (MAGGI, 2006).

A discricionariedade indica espaços de ação previstos por processos regrados onde o sujeito agente pode/deve escolher alternativas num quadro de dependência (MAGGI, 2006). Ainda segundo Maggi (2006) estes espaços discricionários podem ser entendidos, como uma forma de controle, onde o dominador limita a ação do sujeito. Estes espaços discricionários que surgem deste processo de controle podem ainda causar alienação daqueles que estejam limitados a estes espaços. Desta forma, o sujeito tem como opções ser autônomo e tentar fugir da discricionariedade ou manter-se em uma posição de comodismo/dominação e permanecer neste ambiente.

O controle pode ainda dar-se através do constrangimento organizacional, que Maggi (2006), diz ser sempre variável e modificável. Cada processo pode, portanto, revelar-se mais ou menos constrangedor para os sujeitos agentes segundo o grau de autonomia que conseguem expressar na estruturação e no desenvolvimento do processo. Ao tratar de controle, constrangimentos e

autonomia fica implícito a existência de relações de poder, que na concepção de Maggi (2006), é dividido em quatro abordagens, a saber:

- Poder como relação e como atributo: Cada ator individual, ou coletivo, pode ter poder ou a ele ser submetido na medida em que interage com outros atores para realização de objetivos coletivos - o poder de uns é a dependência de outros num intercâmbio negociado.
- Poder e análise interorganizacional: é visto em termos de redução da “dependência dos recursos”, sendo essa dependência considerada de grande importância para a orientação da organização.
- Poder e dependência: ocorre de duas formas: a) por um lado cada processo depende dos outros, ou de maneira direta ou indiretamente proporcional. b) ou ainda, quando um processo tenta aumentar seu poder sobre os demais, através de diferentes estratégias, ao mesmo tempo competitivas e cooperativas. O poder exercido sobre os outros processos é portanto a recíproca da dependência desses processos, e se exerce através da definição mutável do campo de ação.
- Poder e governança do processo: Há dois aspectos nesta forma de poder, que é influência sobre as premissas das decisões mais importantes do processo, aquelas relativas ao campo de ação e à estruturação do processo, em outras palavras, os objetivos e as escolhas para alcança-los.

O Quadro 2 mostra uma síntese das perspectivas de poder, controle e alienação na teoria do fato administrativo de Ramos, desenvolvida em 1966, e a teoria do agir organizacional criada por Maggi em 2006.

	Ramos (1983)	Maggi (2006)
Poder	Capacidade de um agente para induzir outro agente a cumprir diretivas ou normas.	Poder é dividido em quatro abordagens: como relação e como atributo; análise interorganizacional; dependência e governança do processo.
Alienação	Situação em que o indivíduo se sente estranho a si mesmo, tratado como unidade abstrata ou força de trabalho; encontram excluídos, privados dos meios de decisão, e assim não podem determinar o curso dos acontecimentos conforme desejam.	Autonomia e espaços discricionários. A autonomia é a capacidade de produzir suas próprias regras, portanto, capacidade de gerir os próprios processos de ação. Ela induz independência.
Controle	Sistema em que as regras são impostas, acarretando tensões e conflitos, e são aplicadas de fato como punição.	Ocorre através do constrangimento organizacional.

QUADRO 2: Síntese das perspectivas de poder, controle e alienação.

FONTE: Elaborado pelos autores.

De posse do exposto pôde-se elaborar o quadro acima, sintetizando as ideias dos autores estudados, fornecendo assim, subsídio para uma análise no intuito de concluir o pioneirismo ou não de Weber sobre Ramos (1983) e Maggi (2006), que será discutido na sequência.

CONCLUSÃO

Weber ao publicar sua teoria da burocracia provavelmente não imaginava sua tamanha repercussão até 100 anos mais tarde. Em meados da década de 60, Ramos trata da burocracia organizacional com forte embasamento na burocracia weberiana. Embora tenha utilizado nomenclaturas e termos diferenciados, como mostra o Quadro 1, a revisão bibliográfica levantada não nega a presença dos fatores de poder, controle e alienação. Quarenta anos mais tarde, Maggi, também embasando-se essencialmente na obra de Weber, desenvolve uma nova teoria, do agir organizacional, a qual, também pode-se constatar através da revisão bibliográfica, a forte presença dos itens poder, controle e alienação. Através da leitura de Ramos e Maggi, pode-se perceber que as ideias originais de Weber continuam presentes na sociedade, e válidas para a explicação dos fenômenos sociais. O mesmo se aplica a Ramos, que a quarenta anos traduziu uma forma de análise organizacional válida atualmente.

Ainda que com diferenças conceituais, os três autores tem uma visão de poder muito semelhante, destacando a imposição, indução e a dominação como fortes características, ou seja, diz respeito ao condicionamento de um indivíduo a outro, ou a um sistema dominante. O poder esta presente tanto nas relações sociais quanto no âmbito organizacional, de acordo com o foco de cada autor, contudo a essência do conceito é a mesma, e a compreensão das relações de poder na sociedade permite a compreensão destas mesmas relações dentro das organizações.

O controle pode ser considerado uma consequência do poder. Weber colocava-o como uma forma de controle social através da classificação e isolamento dos indivíduos. Para Ramos o controle se da através da rigidez dos sistemas, de forma que o indivíduo se veja sem opções e mantenha-se dentro do que é determinado. Ramos trata ainda da burocracia punitiva, que pode ser vista como uma forma de controle, alienante do sujeito. O fato de sempre uma parte privilegiar-se em relação a outra pode ser considerada como uma forma de controle. Maggi visualiza o controle de forma muito semelhante, chamando-o de discricionariedade, que são espaços de ação previstos por processos regrados.

Ramos (1983) aponta os constrangimentos, que são traduzidos por Maggi (2006) como autonomia, o que nos princípios de Weber são alienação. Os três autores trabalham com perspectivas muito semelhantes, em que o sujeito é vitimado, seja no contexto social ou organizacional. Como principal característica tem-se a face dominante tirando a capacidade deste sujeito de escolher.

Ramos (1983) estuda as estruturas de poder em uma concepção macro envolvendo a política, que assim como nas organizações, embora essas divisões de poder ocorram de forma informal, são dotadas de muito constrangimento. Para romper com os constrangimentos Maggi (2006), defende que dependendo da posição do indivíduo este terá mais ou menos espaços discricionários, e assim tendo mais ou menos abertura de acordo com o cargo do indivíduo. Logo, na visão do autor, os indivíduos alienados são privados das decisões.

A presente discussão, pode levar a pensar como estas teorias embora datadas de épocas distintas apresentam ideias válidas para o contexto social e organizacional atual, e continuam sendo discutidas no ambiente acadêmico. As mesmas continuam compondo o cenário por serem válidas na compreensão das estruturas de poder, controle e alienação, com a peculiaridade de que Weber trabalhou com o contexto social, tendo Ramos aproximado do ambiente organizacional e Maggi, por sua vez, focou no indivíduo.

Embora Weber, como seria natural do criador da teoria, defenda uma visão positiva da burocracia, Ramos tem uma ideia diferenciada desta, vendo a teoria por uma ótica negativa. Não se pode tecer tal afirmação, contudo, é possível que tal disparidade de opiniões deva-se a contemporaneidade destes autores. Weber ao conceber a teoria, certamente inspirou-se em uma dada realidade e necessidades de sua época. Ramos, contudo, teve em torno de meio século para avaliá-la e formular uma visão mais crítica do funcionamento desta. Devemos ainda considerar este tempo como cenário de evolução, mudanças e transformações sociais, onde o ideal pode ter perdido sua total idealidade.

Ainda que no final tenhamos constatado diferenças entre as visões de Weber e Ramos, no contexto da positividade e negatividade da burocracia, são inegáveis suas semelhanças, assim como com Maggi. Assim, as hipóteses levantadas para a continuidade da validade das teorias em debate são: a) os autores eram visionários, pensando a frente de seu tempo, capazes de descrever situações e realidades mais recentes? b) estes autores foram capazes de uma percepção profunda da realidade social, a qual não se alterou ao longo do tempo? Assim, um possível trabalho a ser realizado, consiste em uma análise a respeito da existência ou não de mudanças sociais ao longo do século passado até a contemporaneidade, visando identificar a validade das hipóteses acima.

REFERÊNCIAS

GRIFFIN, R. W. *Introdução à Administração*. São Paulo: Ática, 2007.

LACOMBE, F. HEILBORN, G. *Administração: Princípios e tendências*. 2ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MAGGI, B. *Do agir organizacional*. São Paulo: Edgard Blucher, 2006.

MAXIMIANO, A. C. A. *Introdução a administração*. 7ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MOTTA, F. C. P. *O que é burocracia*. 6 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *Administração e contexto brasileiro: esboço de uma teoria geral da administração*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1983.